



Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais
Rua Rodrigues Sampaio, 138-3º
1150-282 LISBOA
Telf: 21 317 24 80 Email: fnstfps@fnstfps.pt

Nota à Comunicação Social

FALTA PESSOAL NÃO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA, MAS O GOVERNO PROPÕE RESCISÕES AMIGÁVEIS!

Este governo está declaradamente apostado em destruir a Escola Pública, utilizando para o efeito os mais diversos expedientes. Encerrou de centenas de escolas por todo o País e constituiu agrupamentos e mega-agrupamentos de duvidosa validade pedagógica; despediu milhares de docentes; estrangulou financeiramente as escolas e subverteu a sua autonomia. Ao mesmo tempo, não tomou quaisquer medidas para contrariar a crescente falta de pessoal não docente. Acena agora às famílias com o cheque educação e a mirabolante oportunidade de estas optarem entre o ensino público e o ensino privado supostamente suportado pelo Estado.

Apesar de sistematicamente alertado pela nossa Federação e também pelas associações de pais e encarregados de educação, para a cada vez maior dificuldade de funcionamento das escolas, devido à falta de pessoal não docente, designadamente de auxiliares de acção educativa, o Governo ignorou esta dramática situação, com o intuito declarado de degradar a imagem da Escola Pública, ao mesmo tempo que promove e apoia financeiramente o ensino privado.

Simultaneamente, transformou as escolas em centros de colocação de trabalhadores desempregados e de contratados à hora, explorados desenfreadamente pela baixíssima remuneração que recebem e sem perspectiva de trabalho com direitos e com futuro.

Mas, porque a sua “tarefa” não está cabalmente cumprida, procura agora agravar ainda mais a situação, promovendo as “rescisões amigáveis” junto dos trabalhadores das escolas e impondo às respectivas direcções que façam de autênticos agentes promocionais deste produto envenenado.

Estamos em presença do mais descarado ataque contra a Escola Pública, conquistada com o 25 de Abril de 1974 e que contribuiu decisivamente para a redução do analfabetismo, para o aumento da escolaridade e da formação dos portugueses, pelo seu carácter universal e gratuito.

A par de outras medidas políticas que também visam destruir o Serviço Nacional de Saúde e o sistema de Segurança Social e no seu todo, as funções sociais do Estado constitucionalmente definidas, o Governo tem por último objectivo entregar estas áreas ao grande capital privado, tornando-as numa nova fonte do seu enriquecimento.

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, alerta desde já os trabalhadores não docentes das escolas, para as condições que lhes estão a ser propostas para rescindirem os seus contratos. Com a incidência da valor da indemnização no IRS; com a crescente redução dos direitos na aposentação; sem perspectiva de emprego no sector privado; sem direito a subsídio de desemprego; com a degradação da situação social, as indemnizações propostas são um presente envenenado para estes abandonarem o emprego público.

E considera que a presente situação de ataque à Escola Pública só será travada com a demissão deste governo que há muito está à margem da lei fundamental. E com a alteração do rumo do nosso País, por via da constituição de uma alternativa política de esquerda, que ponha Portugal no caminho do desenvolvimento económico, social e cultural.

Lisboa, 9 de Setembro de 2013

O Gabinete de Informação
da FNSTFPS

Contactar: Artur Sequeira/Telm: 927 960 211